

FATORES SOCIO-ECONÔMICOS: OS “DESCAMINHOS” DA EDUCAÇÃO

Emanuella Barreto Santos
Ilza de Oliveira Santos
Maria Aparecida Vasconcelos Souza
Rosineide de Souza Santos

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores sócio-econômicos que influencia diretamente os filhos de trabalhadores dificultando a educação. Usamos como instrumento para nossa pesquisa a análise de conteúdos enfatizados por livros da Sociologia da Educação e referencial teórico do educador Paulo Freire, focando a classe menos favorecidas, as desigualdades educacionais, quanto às sociais e econômicas no contexto sociocultural brasileiro. Diante dos estudos, o trabalho considera que a educação deve ser vista como um instrumento de transformação social, na luta por uma pedagogia humanizadora, constituindo-se um equilíbrio entre sociedade, educação e economia modificando assim, a polarização social.

Palavras – Chave : Educação, Sociedade, Economia e Aprendizagem.

Introdução

O artigo apresenta descrição sobre a educação popular e o ensino que é dado nas escolas aos filhos de trabalhadores. Apresentando as dificuldades econômicas e sociais que os mesmos enfrentam no decorrer do processo de escolarização.

Para tanto, utilizamos como instrumento de nossa pesquisa a análise dos conteúdos, que segundo Martins (2000, pág. 30), é utilizado como parte de informações descrevendo e interpretando os conteúdos de mensagens escritas dos dados coletados.

Estes dados foram retirados da leitura de textos e livros da sociologia da Educação e os referenciais teóricos do educador Paulo Freire, que em suas obras enfatizam a educação para a classe menos favorecida (filhos de trabalhadores) dita como educação “popular”, valoriza o ensino na busca incessante da reflexão e criticidade tanto nos educandos quanto dos educadores, e as ações do trabalho pedagógico devem ter coerência, e os conteúdos, trabalhados devem ser contextualizados para tornar a aprendizagem mais significativa. Onde sua maior preocupação é mudar a cara da escola tornando-a “competente, democrática, séria e alegre”. (Freire, 1995 pág. 35)

O objetivo deste artigo é descrever as disparidades sociais que existem nas escolas e analisar até que ponto essas diferenças sociais prejudicam o desempenho escolar dos alunos menos favorecidos.

A educação para esses alunos tornou-se em nossa sociedade, como agente classificador de mão-de-obra, cabendo ao Educador criar situações favoráveis à aprendizagem, propondo uma pedagogia de igualdade de classes sociais para que esses alunos não se sintam rejeitados e não percam sua motivação.

É fundamental assegurar resultados significativos da educação desses mesmos alunos, os quais possam usar a própria criticidade e análise reflexiva para enxergar o mundo a sua volta, não limitando o seu comportamento apenas para reproduzir papéis estabelecidos da sociedade em que vive.

Então é necessário que a educação possa ser vista como instrumento de transformação social na luta por uma pedagogia humanizadora e constituindo um equilíbrio entre sociedade, educação e economia, modificando, assim, a polarização social.

Educação: uma saída para os oprimidos

Partindo do pressuposto de que o propósito da educação é a transformação de um ser em uma pessoa melhor, é formar pessoas mais sociáveis, flexíveis e críticas, capazes de suportar as frustrações diárias, percebe-se, então, que a educação deve estar voltada para a inserção do indivíduo no contexto sócio-cultural e econômico, devendo-se assim educar para aceitação das diferenças individuais e grupais, sejam de que origem for com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, raciais, culturais, e com a disparidade sócio-econômica que serve como barreira entre pobres e ricos, dificultando, assim, nas escolas uma educação homogênea. Para Durkeim,

encontrar uma educação completamente homogênea e igualitária, seria preciso remontar até sociedade pré-histórica, no ser das quais não existe diferenciação – ao menos em teoria. Mais essa espécie de sociedade não representa se não um momento ideal na escola da humanidade. (,p.77)

Como acreditar em uma educação homogênea, quando em um país capitalista o monopólio do “poder e do saber” está em mãos de uma pequena minoria denominada “elite”, que impõe suas crenças, conceitos e preconceitos àqueles menos privilegiados, ou seja, aos pobres (economicamente falando).

É impossível falar em oportunidades educacionais sem falar em Paulo Freire, um pedagogo que acreditava na educação, que via na mesma uma saída para os menos privilegiados, que acreditava em educação transformadora e libertadora, capaz de inserir os “excluídos” no contexto sócio econômico, político e cultural, sem contudo, renegar suas origens.

Paulo Freire desejava a luta para libertação dos oprimidos, acabando com a dominação da elite sobre os menos favorecidos, e com a exploração da massa trabalhadora, construindo assim, uma educação emancipatória e transformadora.

Para a educação problematizadora, enquanto um que – fazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetido a dominação lutem por sua emancipação. Por isso é que esta educação, em que os educadores e educados se fazem sujeito de seu processo, superando o

intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, superando também a falsa consciência do mundo. O mundo, agora, já não é algo sobre que se fala com falsas palavras, mas, o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora nos homens de que resulte a humanização. (WOOLF, P.256).

São vários os fatores sócio-econômicos que influenciam a aprendizagem, tais como: desigualdade social, racial, salarial, educacional, desigualdade de oportunidade de crescimento (intelectual), de lazer, desigualdade cultural, política e econômica.

Diante de tantas dificuldades, torna-se, difícil, para os filhos da classe operária, ou seja, os menos favorecidos acompanhar aprender e apreender o uso da criticidade em relação ao processo de aprendizagem escolar.

O poder econômico afeta todas as áreas, não sendo diferente no que diz respeito à educação, sendo talvez esta área a mais afetada, uma vez que torna difícil para qualquer ser humano aprender a ler, escrever, contar quando se esta com fome e carente de tudo: alimentação, amor, carinho, brinquedo, afeto, espaço físico, atenção, enfim; são muitas e gigantescas as carecias de indivíduos que são obrigados a viverem e conviverem com a miséria, fome, violência e com a covardia de uma sociedade opulenta e discriminatória; uma sociedade que se apropria do poder econômico e político para, assim, impor a dominação às massas. O que se significa, em outros termos, que “o poder político, na verdade é o poder organizado de uma classe para opressão de outra”. (MARX, 1946 p.46)

É importante ressaltar que a disparidade econômica é de tal forma absurda, que o filho do pobre muitas vezes vai à escola com a única intenção de matar sua fome, muitas são as crianças que têm sua infância mutilada pelo “dragão” chamado desemprego. As crianças oriundas de favelas, morros, barracos e ruas (ditas paupérrimas), mesmo que quisessem acompanhar o raciocínio e desenvoltura (intelectual), do filho do rico, não conseguiria, pois a estrutura e as oportunidades são muito diferentes; enquanto a criança rica vai ao shopping fazer compras e saborear seu delicioso lanche, a criança pobre vai às ruas pedir esmolas, engraxar sapatos, pegar carregos ou até mesmo “ vender seu próprio corpo ” em troca de mísero dinheiro para ajudar no sustento da família.

Ninguém nasce para ser escravo. Ninguém procura sofrer injustiças, humilhações e coações. Uma criatura humana condenada a uma situação infra-humana lembra um animal – um boi, um burro – que se afoga na lama. Ora, o egoísmo de alguns grupos privilegiados conduz multidões de seres humanos a essa condição infra-humana, em que sofrem coações, humilhações e injustiças; vivendo sem perspectivas, sem esperança, a sua condição é de escravos. Esta violência instalada, esta violência numero um arrasta à violência numero dois: a revolta dos próprios oprimidos ou da juventude resolvida a bater-se por um mundo mais justo e mais humano. (CÂMARA,1971,p.16)

Os alunos da classe trabalhadora são submetidos à educação pública popular, que por sua vez, são sujeitas as políticas públicas e a ações individuais, as verbas destinadas à educação são usadas inadequadamente, dificultando a qualidade do ensino, prejudicando assim os alunos menos favorecidos.

O orçamento destinado à educação prevê aplicar 27,1% das receitas tributárias em despesas voltadas para o ensino. Entretanto, desse percentual, 4,6% são despesas com programas suplementares de alimentação e saúde, as quais a nova constituição determina que sejam financiados com outros recursos orçamentários e 1,7% são despesas de Secretaria do Bem-Estar Social com creches, centro de juventude e unidades de atendimento ao menor, que detém o caráter mais assistencial que educativo. Excluídas essas despesas, apenas 20,8% das receitas tributárias são realmente para o ensino. (FREIRE, 1995, p.32)

A grande maioria das escolas públicas apresenta uma estrutura física inadequada e desestimuladora, com fiações desnudas, fossa entupida possa d água, vazamento de torneiras entre outros problemas, que acabam promovendo o desestímulo nas crianças. A escola que deveria ser de todos, acaba na realidade sendo de muitos poucos, não cabe mais pensar uma educação alienadora, reprodutora de conhecimentos é hora, sim, de pensar uma educação transformadora que possibilite ao educando a construção de uma consciência crítica da sua realidade, de seus atos, do mundo em que vive. Urge que o ser humano, o indivíduo, o homem simples deixe de “ser” acomodado, ajustado, guiado pela elite, que acaba “moldando a grande massa” à sua filosofia, seus princípios e valores, desvalorizando o conhecimento, a experiência, a cultura do “homem” simples desvaloriza sua capacidade criadora e crítica, tornando-os meros espectadores, acomodados às normas ditadas pela elite.

Mas, infelizmente o que se sente, dia a dia com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que se voltando contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado, temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade. (FREIRE, 2003, p.53)

Ao ingressar na escola, o aluno depara-se com conteúdos muitas vezes ou totalmente fora de sua realidade, encontrando um currículo condicionante que não condiz com seus interesses.

Fatores que influenciam a qualidade da educação

Dentro dos condicionamentos sociais do currículo, podemos destacar diversos fatores que afetam a escola e, conseqüentemente a aprendizagem do aluno. Dentre estes merecem destaque os fatores sócio-econômicos e os fatores educacionais.

Nos fatores sócio-econômicos dá-se ênfase aos meios de produção e apoderação do costume por parte do homem. Ou seja, destaca os meios de organização e as relações desenvolvidas pelo homem, que direto ou indiretamente interfere no contexto social onde a escola está inserida. É de vital importância que a escola desenvolva seu plano curricular levando em consideração a situação sócio-econômica da comunidade onde está inserida.

Nos fatores educacionais deve ser levado em consideração e, conseqüentemente ser colocado em prática um currículo que obedeça às legislações de ensino de ordem federal, estadual e municipal, no entanto, perder de vista a realidade local da escola e as reais necessidades da comunidade que dela faz uso. Vale salientar que, os tipos de padrões e normas estabelecidos pela escola ou pela legislação, podem influenciar ou interferir diretamente sobre a freqüência e o aproveitamento escolar do aluno, tanto no campo como na zona urbana.

Nas implicações sócio-econômicas que atuam ou interferem na escola e no currículo, muitas vezes, os valores e padrões de comportamento e aspirações, são condicionados ou transmitidos pelos pais a partir de suas experiências diretas no

mundo do trabalho, predeterminando as aspirações e opções educacionais e profissionais dos filhos; em depoimento dos interesses da escola, a qual não pode e não deve se tornar apenas simples fornecedora de mão-de-obra “qualificada” para o mercado de trabalho. Sua função principal é, através de currículos adequados, prepararem as novas gerações para tarefas sociais do futuro, tanto no mundo sócio-econômico como no político-cultural.

É inegável que as condições sócio-econômicas interferem direto e indiretamente no desempenho acadêmico do estudante e, ao mesmo tempo, serve como fator incentivador ou inibidor do interesse do aluno no dia-a-dia escolar. É claro que junto a outros fatores servirão de interferências na aprendizagem e permanência do aluno na escola, assim como para a evasão e repetência do aluno.

Com o número de repetência e reprovação cada vez mais elevado, os alunos se sentem desestimulados em freqüentar os bancos escolares. Com a idade avançando, abandonam a escola e passam a trabalhar para ajudar nas despesas de casa, ou até mesmo constituir sua própria família, passando a trabalhar o dia inteiro, e, com isso dificultando ainda mais sua ida e sua freqüência normal em sala de aula, em situação como essa o cansaço fala mais alto.

A ênfase na educação, sem que esses elementos estejam presentes, pode transforma-se numa posição política extremamente conservadora na medida em que desvia a atenção dos problemas que estão na raiz, da miséria, da fome e da morte de tantas crianças no Brasil. (TOMAZI, 1997. p.167)

Para manter o aluno na escola os governos federal, estadual e municipal, criaram programas que ajudam as famílias. São medidas paliativas que consistem numa ajuda econômica às crianças “carentes” apenas se preocupando com a freqüência do aluno esquecendo-se do fator mais importante no dia-a-dia do mesmo que é a aprendizagem. Sem contar que esses programas não passam de uma esmola do governo, além de que está entregando esta esmola com o dinheiro da sociedade e faz cortesia como se o problema está sendo resolvido. São mais de 8 milhões de pessoas no programa, ou seja, é a miséria institucionalizada e oficialmente reconhecida no país.

Ainda na tentativa de resolver o problema da repetência, atraso escolar, e evasão os governos criam programas como paeja, aceleração, supletivos, projovem. Os quais não resolvem a situação de defasagem e da exclusão da rota normal que

esses alunos deveriam ter na educação, esses alunos “certificados” oriundos de um ensino fraco que procura ordenar o atraso escolar compactando seu desenvolvimento cognitivo. O resultado de tudo isso é que o problema continua existindo tanto na aprendizagem quanto na questão sócio-econômica.

Na verdade, essas formas de aprovação não têm ajudado muito a vida desses alunos. Têm trabalhado mais a favor das classes dominantes, uma vez que, exclui esses alunos cujo aprendizado sociocultural não corresponde aos valores exigidos pelo mercado de trabalho, e muito ao nível tecnológico desenvolvido nos dias atuais.

O aluno necessita “aprender a aprender” prestar atenção, compreender, aceitar, reter, retransferir e agir são os componentes principais da aprendizagem.

Com esses programas paliativos, o ensino atual, tem proporcionado apenas mecanização de conceitos, desfavorecendo o desenvolvimento da percepção, o raciocínio da linguagem de forma crítica, contextualizada e problematizada. Tudo isso se torna difícil para o aluno mal alimentado, e, que na maioria das vezes lhe falta tudo referente à situação econômica, sem contar muitos outros fatores que interferem no seu aprendizado. Tomazi enfatiza que

A partir daí preocupou-se disseminar a idéia de que é possível melhorar sempre, e que todos têm as mesmas possibilidades e condições de vida, e para que isso aconteça é necessário apenas esforço e dedicação pessoal. (1997, p.148)

Existem alguns fatores que influenciam no estímulo à participação nas atividades de sala de aula. Um aluno que sai de casa mal alimentado para ir à escola e, por sua vez em sala de aula já se preocupa com a falta de alimento do almoço e o jantar, com certeza terá dificuldade de se concentrar nos conteúdos trabalhados pelo professor e, conseqüentemente a assimilação se torna mais difícil.

A nutrição, alimentação e saúde das crianças, a criação de empregos, a possibilidade de acesso à terra a milhares de trabalhadores são alguns pré-requisitos para que se estabeleça um mínimo de igualdade na base, para depois, ou ao mesmo tempo, haver educação igual para todos. (TOMAZI, 1997, p. 167)

Partindo deste pressuposto, constata-se que o aluno necessita de forças e “capacidade” de concentração para “aprender a aprender” o mínimo necessário no

seu dia-a-dia escolar. Portanto, juntando na maioria das vezes as condições sócio-econômica a outros fatores, este aluno é levado ao fracasso, desestímulo e conseqüentemente o abandono escolar.

Diariamente percebemos que a sociedade quer ver a transformação social do indivíduo, mas nem sempre ele ou a própria família tem condições financeiras para bancar os gastos, pois nem sempre o governo trata desse assunto com tanto empenho e competência. Sendo assim cai o índice de crianças, adultos que não chegam nem a concluir ensino fundamental muito menos o ensino médio.

Diante desse fracasso escolar e do fator socioeconômico os educandos são obrigados a trocar os bancos escolares pelo “trabalho”, seja ele qual for, contanto que lhe renda economicamente o mínimo necessário para sua sustentabilidade.

Ao reconhecer o lugar que o sistema educacional pode ter na aquisição de novos valores, aumentamos nossa capacidade em usá-lo como nivelador de mudança social. Os fatores essenciais dos quais o poder da educação depende é dizer que ele resulta do poder e do prestígio que é adquirido mais do que atribuído em nossa sociedade.

Considerações Finais

São significativas as desigualdades encontradas em nossa sociedade e principalmente na escola, nela existem vários fatores sociais que interferem no aprendizado dos alunos filhos de trabalhadores.

A educação formal nunca foi e nem é homogênea, ainda hoje existe as disparidades entre as classes sociais. Não havendo as mesmas oportunidades educacionais para os menos favorecidos, visto que a aprendizagem para a classe trabalhadora não é dada a sua devida importância.

É interessante analisar a possibilidade de uma reforma no sistema educacional para tornar a educação mais significativa, tentando assim diminuir as disparidades sociais na escola de modo a inserir o aluno no contexto sócio-econômico e político.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo, **A educação na cidade**: prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. São Paulo: 1995

_____ **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**: Uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3ª edição, São Paulo, Moraes: 1980.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**: 5ª edição. São Paulo, Àtica, 1991.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**: 18ª edição. São Paulo, Àtica: 2004.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**: 18ª edição. São Paulo, Àtica: 1999.

SWIFT, D.F.A. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Atlas, 1977.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da Educação**: 3ª edição. São Paulo, Atual: 1997.

